
COMUNICAÇÃO COORDENADA
JORNALISMO, CONTEMPORANEIDADE E MEMÓRIA

MORATÓRIA DE MINAS GERAIS: REFRAÇÃO DISCURSIVA
DA MÍDIA MINEIRA EM RELAÇÃO À NACIONAL

Murilo Marques Gontijo

Centro Universitário de Belo Horizonte

O objeto desse artigo é a cobertura dada à moratória de Minas Gerais por três jornais brasileiros. A partir da hipótese de que a mídia mineira, aqui representada pelo jornal *Estado de Minas*, praticou discurso destoante daquele praticado pela nacional, representada por *O Globo* e pela *Folha de São Paulo*, procuro responder sobre que elementos forma-se a discordância discursiva e o que ela revela. Busco esclarecer quais são as construções discursivas apresentadas pelos jornais e a que esses discursos se vinculam, para demonstrar peculiaridades dos diários na maneira de se posicionar frente à moratória. A partir do entendimento de que a mídia é, a um só tempo, atriz social e espaço público da contemporaneidade, defendo que essas particularidades, ligam-se, dentre outros, diretamente ao enraizamento sociocultural e geográfico dos jornais.

PALAVRAS-CHAVES: Moratória, jornalismo, sociedade

1 - Moratória: algumas questões

O acontecimento “moratória mineira” pareceu-nos ser suscitar de amplas possibilidades de estudos. No caso deste trabalho, ela é vista como o estopim do rompimento de uma letargia discursiva que vigorou na mídia durante todo o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Como profissional de comunicação e leitor assíduo de jornais, muito nos incomodou perceber que os quatro primeiros anos de governo de Fernando Henrique foram marcados pelo pouco ânimo da Imprensa brasileira em provocar e acolher o debate acerca das ações governamentais e de como elas incidiriam sobre a vida dos cidadãos. A partir da moratória, verificou-se um novo posicionamento da mídia em relação ao governo federal. Iniciaram-se

debates intensos em torno da política nacional e críticas começaram a ser feitas ao presidente Fernando Henrique Cardoso e à sua política econômica.

Além desse aspecto, a moratória também expõe com clareza - e permite estudar - os atritos e distinções entre interesses nacionais e regionais, o que é estampado sobremaneira na mídia.

Buscando perceber e analisar a discordância discursiva em torno da moratória mineira e o que ela revela, procuramos desenvolver e entrelaçar dois eixos conceituais.

O primeiro relaciona-se diretamente à mídia e à sua produção. Trata-se de buscar elucidações conceituais sobre qual é a melhor maneira para se tratar de mídia no mundo contemporâneo, o que, por sua vez, impõe questionar a relação entre indivíduos e discurso midiático. Ainda dentro desse veio, para tentar responder de que lugar fala a mídia e se seu discurso manifesta o que lhe é distante e o que lhe é próximo, cabem indagações sobre os vínculos entre a inserção social dos veículos de comunicação e o discurso que constroem. Isso nos transfere para o segundo caminho teórico, que são as reflexões sobre o processo de formação das identidades, como se relacionam o regional e o nacional e de que forma a mídia reflete/interfere nesse processo. Aqui, estamos preocupado em entender os mecanismos que fazem nascer comportamentos identitários e como estes se manifestam na mídia. A partir dessas verificações, alcançamos, no plano brasileiro, o jogo de ações e reações que se estabelece entre o regional e o nacional.

Para tratar do primeiro leito teórico, recorro ao modelo praxeológico, ou relacional, da comunicação, o qual ressalta a inserção social da mídia e sua permeabilidade às práticas sociais que a rodeiam. A mídia é parte da sociedade em que se insere e está em constante diálogo com ela, numa concepção relacional da comunicação, que se torna constituidora e constituída das/nas relações sociais e é aquilo que constrói o nosso mundo, a nossa realidade. A mídia é uma dentre muitas outras formas pelas quais os indivíduos se relacionam. Nessa perspectiva, concluo que os meios de comunicação podem ser vistos como um espaço público contemporâneo, para onde convergem discursos múltiplos oriundos das mais distintas partes do tecido social. Eles processam discursos provenientes de diferentes grupos de interesse, comunidades e ambientes de ação, promovendo a circulação, interpenetração, sobreposição e, conseqüentemente, a reformulação desses discursos. Ao mesmo tempo, a mídia, como parte da sociedade, tem discurso

próprio a proclamar e, por isso, pode ser vista como atriz social, que age e busca interferir nos rumos da sociedade em se insere.

Para abordar o segundo campo, lanço mão de estudos sobre a formação de estados nacionais e de teorias acerca da identidade. Depois, utilizo tais formulações no esclarecimento de aspectos da composição do território e da cultura do Brasil, no interior do qual registro a existência de inúmeras identidades regionais. Essas identidades são a base sobre as quais se constroem modos de pensar e agir que em muito influenciam a mídia e seu discurso.

É o cruzamento dessas duas perspectivas conceituais o que vai nos fornecer as bases para a construção do modelo teórico que dá sustentação à análise das práticas discursivas dos três jornais (*Estado de Minas*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*) durante a crise da moratória de Minas Gerais, que se instala em janeiro de 1999. Este mês é, portanto, nossa demarcação temporal de análise.

A escolha da imprensa escrita se deve à conjugação de dois fatores. Primeiro, e mais importante, o jornal impresso é um lugar privilegiado para o confronto argumentativo. Diante da mídia eletrônica, que sempre trabalha com disponibilidade reduzida de tempo (o que para ela é espaço de fala/manifestação), o espaço físico dos impressos surge imenso. Por isso, os jornais-papel podem acolher, diariamente, análises e opiniões as mais diversas de colunistas, colaboradores, especialistas e leitores. Também o tempo de produção das notícias dá aos impressos vantagens sobre os veículos eletrônicos, cuja busca maior é sempre a instantaneidade e não a profundidade. O segundo ponto definidor da mídia impressa como base deste estudo é um aspecto bastante pragmático: ela é de mais fácil recuperação de edições publicadas.

Estaremos representando a mídia impressa nacional através dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* e a regional através do *Estado de Minas*.

O *Estado de Minas* está sendo selecionado como objeto da pesquisa por ser o jornal mineiro de maior tiragem^{ix} e influência. O elevado número de leitores e sua inegável influência junto ao público mineiro fazem do *Estado de Minas* um periódico de extrema importância no quadro da política estadual. Em assuntos políticos, suas páginas nunca foram omissas. Apregoando, como diz seu *slogan*, ser o "grande jornal dos mineiros", aquele que coloca os interesses de Minas em primeiro lugar, o *Estado de Minas* sempre manteve uma relação bastante estreita com o Palácio da Liberdade, raramente deixando de apoiar iniciativas do governo. Diante

disso, é possível presumir que, nas páginas do *Estado de Minas*, os "interesses mineiros" são em grande medida os interesses do governo de Minas.

Em uma única oportunidade, no governo de Newton Cardoso (1986/90), o *Estado de Minas* transferiu-se para o campo da oposição. O interesse de Minas não era, então, o interesse do governo. Newton Cardoso, o único governador desafeto do periódico, é hoje o vice-governador do Estado.

Se Newton Cardoso, que está no Palácio da Liberdade, não representa os interesses de Minas, que discurso adotar quando a mídia nacional ataca o governo mineiro, sabendo-se que há interesse do jornal em manter bons contatos com Itamar Franco, atual titular do Palácio da Liberdade e potencial candidato à presidência da República? Inserido na sociedade mineira, como criticar aquele que dizia estar defendendo o interesse dos mineiros, que lhe confiaram a direção do Estado havia poucos dias?

A *Folha de São Paulo* vem ao palco das análises não apenas porque se autoproclama como um genuíno e moderno jornal nacional, cujo *slogan* já disse “de rabo preso somente com o leitor”. Mas também porque durante o exercício presidencial de Itamar Franco quis fundar no imaginário coletivo a "República do Pão-de-queijo", um misto de incompetência e caipirismo que partiu de Minas Gerais para dominar as decisões na Capital Federal.

O *Globo* se junta aos demais por ser um jornal de circulação nacional que, aliado à *TV Globo* - do mesmo grupo -, tem forte influência no cenário político brasileiro^{ix}, e também para permitir o alargamento da discussão até o Rio de Janeiro, vértice importante no polígono político-geográfico que pressiona pela definição das políticas a serem trilhadas por Brasília.

O período selecionado para coleta de dados foi o mês de anúncio da moratória de Minas Gerais - janeiro de 1999 - no qual se registra o maior número de trabalhos jornalísticos acerca do assunto^{ix}. Entre os dias 5 e 31 desse mês, os três jornais sob análise publicaram um total de 597 matérias tratando da moratória mineira, ou cerca de 20 por dia. Dificilmente, verifica-se na mídia tal recorrência a um assunto determinado. Na realidade, em janeiro de 99, a moratória esteve intensamente presente no cotidiano dos brasileiros^{ix}.

2 - Desenho analítico

Os acontecimentos - inseridos que estão na trama complexa da vida social - apresentam limites tênues. A moratória de Minas Gerais, na sua natureza de fenômeno social, situa-se na interseção de múltiplos campos. E a sua narrativa (a construção jornalística do acontecimento),

como não poderia deixar de ser, também transita e superpõe diferentes domínios (político, econômico, etc.) e dinâmicas (a personalização dos fatos, os posicionamentos ideológicos, o estabelecimento de contraposições, etc.).

O trabalho analítico, no entanto, necessita de uma sistematização, precisa construir (ou perceber) as entradas para acessar seu objeto - em síntese, eleger as categorias ou perspectivas que vão permitir sua apreensão. Assim, a moratória, para essa análise, foi tomada a partir de três aspectos principais. O primeiro - que poderíamos indicar como propriamente político - é sua declaração pelo governador Itamar Franco e a movimentação de atores políticos em torno do tema. O segundo são as conseqüências econômicas - tanto para Minas Gerais quanto para o Brasil - que vêm na esteira da suspensão dos pagamentos das dívidas. Por último, o relevo das distinções entre o nacional e o regional que a moratória expõe.

O ponto de partida do trabalho foi a sistematização de todas as 597 matérias relacionadas à moratória publicadas entre 5 e 31 de janeiro de 1999. Apontamos o jornal, a data de publicação, a editoria, a página, o título e característica do texto (matéria jornalística, artigo, editorial, etc). A partir desse trabalho - que nos apresentou um volume imenso de material para possível estudo -, foi possível verificar os períodos de pico do tema, que foram, então, selecionados como objeto de análise.

Procedemos, portanto, a um segundo recorte temporal fixando-nos sobre datas de cobertura pela Imprensa de acontecimentos de maior relevo e dois outros dias (antes ou depois do fato inicial, variando conforme o caso) nos quais foi possível colher subsídios mais fartos e densos para as análises. Tanto quanto os eventos principais, os secundários, aqueles que nasceram como ecos dos primeiros (fatos discursivos desencadeados pelo acontecimento), foram levados em consideração.

O primeiro item nucleado é o próprio anúncio da moratória, cujos reflexos estão, principalmente, nas edições dos dias 7, 8 e 9 de janeiro e que, portanto, foram definidas como datas de estudo. O segundo item é o encontro de governadores da situação, que ocorreu em São Luís no dia 12 de janeiro. Para analisá-lo, recorreremos às edições de 11, 12 e 13 de janeiro, que são as de maior repercussão do acontecimento. O terceiro ponto abordado foi o encontro dos governadores de oposição, que aconteceu em Belo Horizonte em 18 de janeiro. Aqui, ancoramos nossas análises nas edições dos dias 17, 18 e 19 de janeiro.

Do ponto de vista do tratamento do jornal (da superfície do periódico), entendemos que é necessário analisá-lo como um todo, é preciso que percorramos suas diferentes seções, procurando perceber a presença ou os ecos do debate entre diferentes vozes e interesses. Além de estar atentos às editorias de veiculação das matérias, observamos em que posição elas apareceram nos jornais e qual o espaço que ocuparam em relação ao total da página. Completando, registramos se foram acompanhadas de fotografias ou ilustrações.

Na perspectiva de analisar a construção jornalística de cada diário, vários aspectos foram registrados. Dessa forma, buscamos verificar quais foram as fontes de informação utilizadas por cada um dos jornais. Quando e através de quem falaram os governos federal e mineiro? Qual a posição política de quem falou? Houve um percentual mais elevado de vozes favoráveis ou contrárias aos governos federal e mineiro?

Nos textos assinados, estivemos atentos a quem os escreveu, procurando saber se era possível perceber em nome de quem o autor falava.

Para averiguar se houve distância ou mesmo tensão entre as práticas discursivas da mídia nacional e regional foi preciso identificar e selecionar algumas expressões-chave. Por isso, verificamos quais jornais utilizaram expressões como “calote”, “caloteiro” e “república do pão-de-queijo”. Ou quais imputaram ao estado (Minas) ações que na verdade foram governamentais e em que situações isso ocorreu. Quando Itamar Franco foi atacado, existiu alguma preocupação do jornal em não confundir sua pessoa com Minas Gerais ou ambos apareceram como quase a mesma coisa?

2.1 - Estado de Minas

A julgar pela editoria que acolhe a maioria dos textos publicados, o *Estado de Minas* trata a moratória fundamentalmente como fato político e de grande importância. A editoria “Política” acolhe 90,1% dos textos veiculados dentro dos três períodos analisados, enquanto “Opinião” recebe 5,4%; “Economia”, 3,0% e “Espetáculo”, 0,6%.

Muitas podem ser as explicações para essa concentração; desde a carência de jornalistas em outras editorias até uma ação deliberada pela colocação da moratória em “Política”. Parece-nos que a concentração está diretamente vinculada a dois fatores.

Primeiro, é inegável a importância atribuída à moratória e assuntos importantes, no plano gráfico do *Estado de Minas*, devem ocupar sempre as páginas iniciais do primeiro caderno.

Assim, quando o tema tem relevância para o jornal mineiro, certamente, vai estar presente na página 3. Se necessitar de mais espaço, o periódico ocupará as páginas 2, 4, 5, etc. Sempre procurando dar ao leitor o que é importante nas primeiras páginas, que são reservadas à editoria de “Política”.

Diante do grande volume de textos relacionados à moratória, o *Estado de Minas* poderia ter limitado o número de páginas destinadas a “Política”^{ix} e antecipar a editoria de “Economia”, que normalmente fica em lugar menos nobre do jornal mineiro. Dessa forma, matérias sobre as causas e efeitos econômicos da moratória poderiam ter sido publicadas dentro da editoria à qual o assunto se referia. A não implantação de uma estratégia simples como essa faz-nos crer que o *Estado de Minas* realmente considera a moratória um assunto político.

Uma segunda explicação, também bastante aceitável, é que a concentração dos textos em “Política” deriva da opção do jornal mineiro por centrar sua cobertura da moratória em matérias jornalísticas (89% do total), uma vez que não conta com o grande número de colunistas e colaboradores dos demais jornais pesquisados.

Não se esperava, de maneira alguma, que um jornal fosse dar mais destaque a formas diferentes de matérias jornalísticas para registrar o cotidiano. O que se quer aqui é demonstrar que há densidade extrema em uma forma do fazer jornalístico em detrimento das demais. E que, com isso, uma vez mais, o *Estado de Minas* age como ator social, agora em benefício de sua prerrogativa de espaço público da contemporaneidade. Isso porque se a opção por matérias jornalísticas gera concentração em uma editoria particular, faz também com que o periódico mineiro possa ouvir um maior número de personagens, já que o texto jornalístico tem como característica expor diversas opiniões.

Em comparação com os demais jornais pesquisados, é essa estratégia que permite ao *Estado de Minas* ouvir um número superior de personagens. Enquanto o jornal mineiro expõe aos seus leitores a opinião de, pelo menos, 94 personagens distintos, a *Folha de São Paulo* ouve 76 e *O Globo* 74. Ou seja, o *Estado de Minas* apresenta a opinião de cerca de 20% mais personagens.

A superioridade numérica, no entanto, não implica, necessariamente, maior variedade de opiniões. O ator social, jornal, pode atuar em sentido determinado, privilegiando conjuntos discursivos. No caso da moratória, o *Estado de Minas*, em última instância, posiciona-se favoravelmente. Mas é importante também ressaltar que, embora haja esse posicionamento,

várias vezes o periódico mineiro abre suas páginas para a crítica à moratória, o que o preserva como espaço público da contemporaneidade.

Do ponto de vista do leitor, a concentração de textos na editoria “Política” cria alguma confusão, já que, às vezes, matérias com tratamento eminentemente econômico vão parar nas páginas políticas

2.2 - O Globo

Ao destinar 62,5% do total de textos relacionados à moratória à editoria “País”, *O Globo* demonstra que, para ele, o assunto é de grande importância e afeta a vida de toda a nação. Aliás, essa é a idéia que está exposta no editorial “Lamentável”^{ix}, no qual o periódico resgata a condição de ex-presidente de Itamar Franco para criticar sua atitude como governador de Minas Gerais. Como no *Estado de Minas*, no jornal fluminense os assuntos de maior relevância ocupam as primeiras páginas do primeiro caderno, espaço reservado a “País”. A diferença em relação ao periódico mineiro é que *O Globo* não expande o espaço de sua editoria mais nobre para acolher todas as matérias relacionadas à moratória. Dessa forma, 32% dos textos vão para “Economia” e 5,5% para “Opinião”.

A partir da constatação de que a grande maioria dos textos (94,5%) veiculados pelo jornal fluminense está em “País” e em “Economia”, é possível concluir, dentre outras coisas, que *O Globo* considera a moratória um assunto de importância porque atinge a vida econômica brasileira. E, como se defenderá a seguir, o jornal enxerga a moratória como algo negativo para o País.

Apesar de também centrar sua cobertura da moratória em matérias jornalísticas (73,6%), *O Globo* opta por publicar destacadamente o discurso do governo federal de que a atitude do governador mineiro prejudica o Brasil, com pequeno registro das versões contrárias. Para construir um discurso consistente e sólido de que a moratória é prejudicial ao Brasil, o ator social *O Globo* veicula, predominantemente, discursos de políticos de direita e de agentes do sistema econômico. O resultado é que as opiniões de ataque à moratória suplantam em muito as de defesa. Ou seja, há um alto percentual de textos contrários à atitude do governador mineiro: das 72 matérias publicadas, 77,7% atacam a moratória e apenas 13,8% argumentam favoravelmente.

Dentre os jornais pesquisados, o diário fluminense, na verdade, é o menos preocupado em debater a moratória, o que fica claro quando se apura o baixo percentual de artigos opinativos, a

concentração de opiniões hostis à moratória nas matérias jornalísticas e até mesmo o pequeno número de textos que o jornal publica. A título de comparação entre os dois jornais pesquisados com sede fora de Minas Gerais, enquanto a *Folha de São Paulo* veicula 111 matérias, *O Globo* não passa de 72, o que representa 35,2% de textos a menos. Publicando menos textos, obviamente o periódico fluminense contribui menos para o debate.

Em *O Globo* é que se verifica também o mais rápido esfriamento do assunto, algo que nos parece deliberado. Se no primeiro episódio de nossa análise o diário fluminense publica 35 matérias; no segundo o número cai para 24 e no terceiro para 13. *O Globo*, claramente, não demonstra interesse em manter o assunto em pauta. Como ator social, age para que a moratória e seu protagonista Itamar Franco caiam no esquecimento.

Embora cause prejuízos imensos ao seu *status* de espaço público da contemporaneidade, esse posicionamento do jornal fluminense não lhe retira completamente a característica de lugar para onde converge o debate público, uma vez que também personagens favoráveis à moratória puderam opinar. É verdade que a estes foi destinado espaço físico reduzido em relação aos críticos. Mas, ainda assim, eles tiveram a liberdade de falar, expor seus pensamentos e provocar o confronto argumentativo.

2.3 - Folha de São Paulo

Observa-se na *Folha de São Paulo* a mais ampla distribuição de textos em editorias dentre os jornais pesquisados. Ainda assim, o periódico paulista confere à moratória tonalidade nacional ao abordá-la com grande destaque nas páginas de “Brasil”, onde estão 65,8% das 111 matérias veiculadas dentro do período nucleado pela análise. Outros 22,5% estão nas páginas de “Opinião”; 9,9% em “Dinheiro”; 0,9% em “Ilustrada” e 0,9% em “Cotidiano”.

Também a *Folha de São Paulo* apresenta a moratória principalmente pelo prisma das matérias jornalísticas, que representam 60,3% do total de textos. Chama a atenção, entretanto, o percentual de artigos opinativos (29,7%), patamar não atingido por nenhum dos jornais pesquisados.

A publicação de textos opinativos é uma característica da *Folha de São Paulo*, implantada quando de sua reforma gráfica nos anos 70. Preocupado em conquistar mercado e em se colocar entre os grandes jornais nacionais, o periódico paulista adotou a estratégia de abrir suas páginas para o confronto argumentativo dos mais diversos temas.

Ao adotar essa política, os diretores do periódico paulista queriam torná-lo necessário à elite, que precisaria recorrer às suas páginas para saber qual era o debate nacional. Sem dúvidas, lograram êxito. Hoje, a *Folha de São Paulo* conta com o maior número de colunistas e colaboradores dentre os jornais brasileiros. E entre eles há a maior diversidade político-ideológica possível.

Como tema nacional de maior relevo no princípio de 1999, a moratória de Minas Gerais tem grande destaque junto aos colunistas e colaboradores do jornal paulista, o que explica o alto número de textos na categoria opinativa vinculados à atitude do governador mineiro.

Dentre os textos opinativos, há uma certa equivalência entre ataque e defesa da moratória. Os colaboradores, em geral, preocupam-se mais em analisar prós e contras da decisão de Itamar Franco, balizando o debate às vezes ácido que se estabelece entre os personagens políticos e econômicos contrários e favoráveis à moratória.

Isso não quer dizer, entretanto, que a *Folha de São Paulo* não explore a moratória de Minas Gerais através de matérias jornalísticas. Na verdade, nessa categoria insere-se a grande maioria dos textos veiculados. No período sob análise, em graus oscilantes, as principais páginas do primeiro caderno invariavelmente apresentam menções à moratória, o que permite ao periódico paulista ouvir, pelo menos, 76 personagens distintos, com destaque para aqueles críticos em relação à moratória. Com isso, o jornal desequilibra o confronto argumentativo estabelecido por seus articulistas e faz com que o ponto de vista do governo federal prevaleça em suas páginas.

Não era de se esperar que um jornal que expôs sua posição contrária à moratória em editorial fosse dar maior destaque à defesa da atitude do governador mineiro. Agindo como ator social, a *Folha de São Paulo* garante à sua opinião o privilégio do espaço, embora não se furte ao seu papel de espaço público, incentivando o debate.

3 - Conclusões

No mundo contemporâneo, pensar a mídia e particularmente o Jornalismo requer uma perspectiva que os entrelace com a vida da sociedade. As visões de que a mídia seria algo dominador e absoluto, que impõe sua vontade a toda uma coletividade, surgem absurdas quando reconhecemos a pluralidade de esferas de relacionamento dentro da sociedade e a multiplicidade de opiniões que se formam a partir das mais diversas influências. É preciso, pois, que se busque

uma noção circular de comunicação e de relacionamento dos veículos de comunicação com a coletividade.

Dentro dessa perspectiva, neste artigo, pensamos o fazer midiático a partir do modelo praxeológico (relacional), que concebe a comunicação como uma ação circular fundamentadora da vida social. Tendo esse paradigma como referência, foi-nos possível tecer uma formulação teórica, híbrida, da mídia, que foi interpretada como, ao mesmo tempo, atriz social e espaço público da contemporaneidade. Enquanto atriz, a mídia, ao redor da qual gravitam os mais variados tipos de interesses, constrói um discurso próprio, privilegiando falas (e/ou interlocutores) e estimulando debates acerca de assuntos determinados. Como espaço público, ela, por força de sua inserção na sociedade, acolhe discursos de distintos pontos da rede social; permite que, em seu interior, atuem diversos atores sociais e manifestem-se diferentes opiniões. Dito isso, percebemos que os discursos midiáticos podem, então, funcionar de forma uníssona em determinadas ocasiões, mas também podem ser destoantes, conforme se desenvolva a rotina produtiva jornalística e suas características particulares, de acordo com os interesses em questão e conforme se posicione o grupo social que age diretamente sobre o fazer midiático, lembrando que o discurso da mídia tem raízes na sociedade em que ela se insere. Para termos uma visão da mídia mais nítida e real, devemos enxergá-la, portanto, híbrida, como a junção e a inter-relação entre espaço público da contemporaneidade e atriz social; ao mesmo tempo acolhendo o debate e opinando.

A moratória de Minas Gerais é um caso exemplar de como a mídia promove o debate e também opina. Analisando o modo como *Estado de Minas*, *O Globo* e *Folha de São Paulo* abordaram essa temática, verificamos que há uma distância de posicionamento entre eles. Os três jornais, é verdade, veiculam críticas em relação à moratória, mas essa posição crítica é visivelmente maior em *O Globo* e menor no *Estado de Minas*. Para além do espaço argumentativo dos jornais, e já no espaço das complexas ligações que marcam suas inserções na sociedade, infundáveis são as razões que vão fundamentar um ou outro posicionamento.

Inúmeras são, portanto, as respostas para os motivos que levaram o *Estado de Minas* a ter ação discursiva diferenciada dos demais jornais, mas devemos destacar, pelo menos, três, todos de igual importância, embora o primeiro seja aquele sobre o qual desenvolvemos nosso trabalho. Número um: por estar refletindo uma reação do regional ao nacional; este é um posicionamento particular do diário mineiro, que registra e dá eco à opinião de uma sociedade específica diante de

uma questão que extrapola os limites geográficos que a definem. Dois: por motivos financeiros; o diário espera se credenciar como bom jornal para aplicação das verbas publicitárias estaduais e não reviver os tempos de vacas magras do governo de Newton Cardoso. Três: por questões mercadológicas; os mineiros, que compõem a principal praça do jornal, querem ouvir falar da moratória, e de preferência bem, o que ajuda na tiragem das edições daquele período.

Portanto, o *Estado de Minas*, como espaço público da sociedade em que está inserido (Minas Gerais), colhe e apresenta aos seus leitores um volume superior de opiniões contrárias às argumentações do governo federal, demonstrando o enraizamento mineiro de seu discurso, que segue em uma perspectiva diferente dos dois outros jornais. Assim, no periódico de Minas Gerais os cidadãos mineiros (políticos, juristas, economistas e populares, dentre outros) e a oposição ao governo federal têm largos espaços para argumentar favoravelmente à moratória, o que não acontece nos outros jornais, notadamente em *O Globo*. Com isso, dentro do período nucleado pela análise, 49% dos textos publicados pelo periódico mineiro argumentam favoravelmente à moratória, quando, no outro extremo, temos o diário fluminense com 13,9% de textos favoráveis e 77,8% contrários. É importante ressaltar, entretanto, que o *Estado de Minas* não se posiciona todo o tempo favoravelmente à moratória. Ele migra de um posicionamento destacadamente contrário a ela para um ponto em que a iniciativa do governo mineiro é respeitada e até mesmo defendida. Em parte como decorrência dessa resistência inicial à moratória, 34,5% das matérias posicionam-se contrariamente a ela.

A *Folha de São Paulo* e *O Globo*, por seu turno, firmam posição contrária à moratória mineira. Em ambos o percentual de textos contrários à atitude do governo de Minas Gerais supera o índice de favoráveis. Os percentuais de *O Globo* citamos há pouco e, no caso do periódico paulista, são 53,2% de textos contrários e 28,8% de favoráveis. Para além de incontestáveis afinidades com o projeto de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e já no campo das relações da mídia com a sociedade, parece-nos correto afirmar que a perspectiva nacional desses dois periódicos interfere em seus posicionamentos. Em termos de mídia impressa diária, é inegável que *O Globo* e *Folha de São Paulo* ocupam o lugar de maior destaque no cenário nacional, tendo como marca a abordagem aprofundada da problemática brasileira. Na crise da moratória, os dois jornais oferecem aos seus leitores maior parcela de argumentações afinadas com as questões nacionais, que são levantadas e apontadas a partir da visão do governo federal, e, portanto, contrárias à moratória. Ao lembrarmos que a versão federal para a moratória permeia

intensamente as falas tanto de *O Globo* quanto da *Folha e São Paulo*, estamos querendo evitar a criação de uma relação de causa e efeito exclusiva entre a perspectiva nacional dos dois jornais e seus posicionamentos frente à moratória. Como dito anteriormente, a mídia e os vetores que agem sobre ela são extremamente complexos e esse é um de inúmeros outros fatores que vão determinar a forma como os jornais abordam a moratória ou outros temas quaisquer. Entretanto, a visão nacional parece-nos ser fator importante, já que é a nação que tanto a *Folha de São Paulo* quanto *O Globo* buscam como interlocutora, embora suas principais praças comerciais sejam seus estados respectivos.

A partir da constatação de variação de posicionamentos entre os três jornais, verificamos que durante a crise da moratória mineira, além de acolher internamente os debates, o próprio conjunto da mídia divergiu, estabelecendo o confronto argumentativo, o que nos parece salutar. Apoiados em Habermas, percebemos que os debates, em cada uma das múltiplas esferas de relacionamento, são essenciais porque é a troca de argumentos o que conduz a compromissos legais; porque só vai haver lei após o assentimento fundamentado de todos; e porque o assentimento nasce, em grande medida, de confrontos argumentativos acolhidos/provocados pela mídia^{ix}.

Talvez resida exatamente aqui a falha mais contundente do caso específico dos acordos de renegociação das dívidas estaduais. Os debates ocorreram, mas apenas dentro do Parlamento, sem a ampliação até a mídia, o que acabou por prejudicar o entendimento e a formação do consenso social. Sem presença significativa nos meios de comunicação quando da votação no Parlamento, a renegociação das dívidas só foi realmente tema de discussão na sociedade depois da moratória de Minas Gerais. Aí estabeleceu-se o confronto argumentativo. De um lado, os aliados do governo federal diziam que o acordo assinado fora vantajoso para Minas (e também para os outros estados) que pôde ter seus prazos de pagamento ampliados e os juros reduzidos. Afirmavam também que o contrato assinado tinha que ser cumprido e o não pagamento da dívida por Minas Gerais colocava em perigo a credibilidade de todo o Brasil perante o mercado internacional, o que, por seu turno, agregava risco à estabilidade econômico-financeira vivida pelo País, tão cara à população. De sua parte, os agentes ligados ao governo mineiro retrucavam que a União havia atentado contra o pacto federativo ao concentrar em suas mãos uma fatia imensa da arrecadação tributária, deixando estados e municípios em situação de extrema dificuldade. Argumentavam ainda que o Brasil precisava deixar de ser subserviente ao capital

internacional e incentivar a produção brasileira para, aí sim, alcançar um crescimento sustentável, com plena geração de tributos e empregos. Através desse debate foi possível verificar que a verdade não estava no discurso do governo federal, unicamente; nem na fala do governo mineiro, exclusivamente. Fez-se necessário ouvi-los, mas também contra-argumentá-los. Isso explica parcialmente porque, ao lado de inúmeras matérias contrárias à moratória, os jornais publicaram outras tantas favoráveis. É na manifestação dos discursos que se estabelece o debate.

As reações do regional ao nacional são apenas uma das incontáveis pontas, talvez a de maior riqueza para análises, da complexa rede sobre a qual se dá a moratória de Minas Gerais. Na atitude do governador mineiro ou a partir dela desenham-se ainda ações políticas, partidárias e econômicas, para citar somente algumas. Os limites entre essas ações não são rígidos nem claramente demarcados e, às vezes, elas se sobrepõem tornando-se difícil verificar onde uma começa e outra termina.

A mídia transita também nos terrenos dessas ações, ancorando suas falas em grupos definidos e ainda discursando segundo movimentações determinadas, numa perspectiva circular. Em outras palavras, fatores políticos, econômicos e partidários, além das rotinas produtivas, influenciaram diretamente a cobertura da moratória mineira; e foram influenciados por ela. Portanto, para se chegar a uma visão mais clara das posições assumidas pelos jornais, tais fatores deveriam e foram considerados.

Dessa forma, em certas ocasiões percebemos que o discurso midiático afina-se com proposições partidárias. Acompanhando a posição do PSDB, *O Globo*, deliberadamente, deixa a moratória esfriar e procura jogar Itamar Franco no ostracismo. *O Estado de Minas* assume uma postura cambiante. Movimenta-se entre um arremedo da posição do PFL, argumentando que Minas Gerais precisa pagar o que deve, mas sempre resguardando que isso não pode representar o caos social; e a perspectiva do PT, que não vê qualquer possibilidade de imputar à atitude de Itamar Franco a responsabilidade pela crise aguda que assola o País. *A Folha de São Paulo* alinha-se firmemente com o discurso do PFL, defendendo que contratos devem ser honrados.

A partir de relatos de Kucinski, podemos concluir que a posição de *O Globo* frente à moratória deriva em grande medida de questões econômicas. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, as Organizações Globo redefiniram mídia, entretenimento e telecomunicações como o coração de suas atividades. Com isso, consolidaram sua posição dominante no mercado

de TV a cabo, venceram licitações para concessões de empresas de telefonia e lançaram a revista semanal *Época*.

Na relação com a mídia, Fernando Henrique, de acordo com Kucinski, reativou o “coronelismo eletrônico” de José Sarney. Concedeu 610 novas frequências de rádio e TV, 140 áreas de TV a cabo e ainda privatizou as Teles. Um presidente que negocia tão bem com a mídia, e particularmente com as Organizações Globo, não seria atacado por ela sem motivos bastante contundentes^{ix}.

No terreno econômico, a postura do *Estado de Minas* pode ser analisada em duas frentes, ambas já mencionadas. Primeiro, tinha grandes interesses de estabelecer relações cordiais com o governo do estado para garantir boa participação nas verbas publicitárias governamentais. Segundo, falar da moratória naquele instante ajudava a vender o jornal na sua principal praça. O *Estado de Minas*, então, mesmo nutrindo simpatia pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e por seu partido, rende-se aos apelos de afinidades e também mercadológicos da sociedade em que se insere, poupando a moratória de críticas mais ácidas e levando às suas páginas a versão mais afinada com o governo mineiro. Como dito anteriormente, os limites entre as ações geradoras e derivadas da moratória são muito tênues. Neste caso, percebe-se que as questões econômicas misturam-se às questões regionais para compor a posição do *Estado de Minas*. Ao mesmo tempo em que proclama um discurso mineiro, com enraizamento nos valores identitários de Minas Gerais, o jornal defende o fluxo de entrada de seu caixa.

Também as rotinas jornalísticas contribuem para o posicionamento dos jornais. No anúncio da moratória, por exemplo, o *Estado de Minas*, surpreendido, valeu-se de material de agências para publicar informações relacionadas à atitude de seu vizinho, o governador de Minas Gerais. Não teve capacidade de se articular para a cobertura e acabou não conseguindo dar ao público de sua praça, talvez o mais interessado na moratória, informações refinadas ou de uma perspectiva mineira da situação. Repetiu o que diziam todos os jornais, por um ângulo nacional. Depois - durante a reunião dos governadores opositoristas em Belo Horizonte -, o *Estado de Minas* apresenta-se no campo oposto, escalando uma grande equipe para a cobertura do evento e das movimentações em torno dele. Isso demonstra que, para o jornal mineiro, a reunião cumpre os mais completos requisitos de noticiabilidade, como de resto todos os assuntos relacionados à moratória. No lado oposto, *O Globo* dá a menor cobertura possível à reunião opositorista,

mostrando-se distante, desinteressado. Avaliando que aquele evento já não era mais notícia tão importante, que merecesse alterações nas rotinas de suas equipes de trabalho.

Do ponto de vista político, seria ingenuidade imaginar que a mídia continuaria *ad eternum* apoiando Fernando Henrique Cardoso com raríssimas contestações. Em algum momento, por motivo que não nos cabe especular, o romance entre o presidente e a Imprensa teria um ponto final. A moratória antecipou o fim da linha, ao provocar o debate sobre a economia dos estados e também a brasileira e ao levantar discussões sobre os efeitos da concentração arrecadatória nas mãos da União sobre o pacto federativo. Os jornais incumbiram-se de sediar e propor o confronto argumentativo.

BIBLIOGRAFIA

1. BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
2. BORRAT, H. *El Periódico, Actor Político*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1989.
3. CARVALHO, J. M. *Pontos e Bordados - Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
4. DULCI, O. *Identidade Regional e Ideologia: O Caso de Minas Gerais*. In.: Textos Sociologia e Antropologia. Nº 27 - Novembro/Dezembro 1988. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais. 1988
5. FRANÇA, V. *Jornalismo e Vida Social - A História de um Jornal Mineiro*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
6. HABERMAS, J. *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
7. _____. *O Espaço Público, 30 anos depois* (Prefácio da 17ª edição alemã de *O Espaço Público*, 1990). Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1990. Tradução de CHANIAL, Felipe.
8. _____. *Três Modelos Normativos de Democracia*. In.: Lua Nova, Nº 36, 1995.
9. _____. *Soberania Popular como Procedimento - Um Conceito Normativo de Espaço Público*. In.: Cebrap - Novos Estudos Nº 26 - São Paulo: Março 1990.
10. HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
11. HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
12. KUNCZIK, M. *Conceitos de Jornalismo - Norte e Sul*. São Paulo: Edusp, 1997.

13. LESBAUPIN, I. (Org.) *O Desmonte da Nação - Balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
14. MAIA, R. *A Mídia e o Novo Espaço Público: a Reabilitação da Sociabilidade e a Formação Discursiva da Opinião*. Comunicação & Política, v. 45, 1998.
15. _____. *Modernidade, Comunicação de Massa e o Seqüestro da Experiência: Notas Sobre a Trajetória de um Debate*. In.: NETO, F. & J. PINTO, Mídia e Cultura. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.
16. _____. *A Identidade em Contextos Globalizados e Multiculturais: Alguns Dilemas da Igualdade e da Diferença*. In.: Gerais. Nº 50, Belo Horizonte. 1999.
17. MOUILLAUD, M. *O Jornal da Forma ao Sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
18. QUÉRÉ, L. *D'un modèle épistemologique dela communication à un modèle praxéologique*. In: Reseaux. Nº 46/47. Paris: Tekhné, março-abril, 1991.
19. SODRÉ, M. *Reinventando a Cultura – a Comunicação e Seus Produtos*. Petrópolis: Vozes, 1996.
20. THOMPSON, J. *A Mídia e A Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia*. Petrópolis: Vozes, 1999.
21. TRAQUINA, N. (Org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
22. TUCHMANN, G. *La Producción de la Notícia: Estudio sobre la Construcción de la Realidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.
23. WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1995.